

Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Nucho das Figueiras

Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte
Ambiental da Exploração Nucho das
Figueiras

SMUR – Soc. de
Multiplicação e Recria
Animal S.A.

Julho 2023

Estudo de Impacte Ambiental
Resumo Não Técnico
Exploração Nucho das Figueiras

Estudo de Impacte Ambiental
Resumo Não Técnico
Exploração Nucho das Figueiras

SUINICULTURA DE PEGÕES

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

ÍNDICE GERAL

Volume I – Relatório Síntese

Volume II – Resumo Não Técnico

Volume III – Peças Desenhadas

Volume IV - Anexos

FICHA TÉCNICA

Proponente

**SMUR – Soc. De Multiplicação e Recria
Animal Lda.**

Quinta do Passil
Telefone: (351) 919 981 672

monica.gouveia@grupoali.pt

Estudo elaborado por



T Terra – Engenharia e Ambiente, Lda.

Rua Gil Vicente 193, 1ºC, 2775-198 Parede
Telefone: (351) 214 537 349

<http://www.tterra.pt> | mail@tterra.pt

INDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 2. OBJECTIVOS DO PROJECTO | 5 |
| 3. LOCALIZAÇÃO | 5 |
| 4. DESCRIÇÃO DO PROJECTO | 6 |
| 4.1 Caracterização dos Sistemas de Apoio | 8 |
| 4.1.1 Abastecimento de Água | 8 |
| 4.1.2 Abastecimento de Energia Eléctrica | 8 |
| 4.1.3 Gestão de Resíduos | 8 |
| 4.1.4 Sistema de Alimentação | 9 |
| 4.1.5 Substâncias químicas | 9 |
| 4.2 Gestão de Efluentes..... | 9 |
| 4.3 Gestão de Subprodutos Animais | 10 |
| 4.4 Transporte e movimentos | 10 |
| 4.5 Equipamentos | 10 |
| 4.6 Recursos Humanos | 11 |
| 5. CARATERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA | 11 |
| 6. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO | 16 |
| 6.1 Impactes Cumulativos | 19 |
| 7. MONITORIZAÇÃO E MEDIDAS DE GESTÃO AMBIENTAL..... | 21 |

1. Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da exploração suinícola Nucho das Figueiras, em fase de projeto de execução.

O proponente é a empresa SMUR - Sociedade de Multiplicação e Recria Animal Lda. (SMUR).

A SMUR é uma empresa constituída em 1994, que se dedica a produção animal.

A suinicultura será instalada em Nucho das Figueiras, Casal n.º 169, na União de Freguesias de Pegões, concelho do Montijo. A propriedade tem uma área de 128.500,00 m².

Com o Projecto, o proponente pretende explorar um núcleo de produção para 3496 lugares de porco de engorda, em sistema intensivo. Para este efetivo o número de Cabeças Normais é de 524,4 CN.

2. Objectivos do Projecto

O proponente é uma empresa de natureza familiar, que se dedica à produção animal, sendo o seu destino final os matadouros nacionais.

A estratégia de produção da SMUR visa aumentar o número de suínos de engorda. Para este efeito, o projeto da suinicultura Nucho das Figueiras irá garantir o aumento da produção.

Assim, o projeto em análise justifica-se pela necessidade de crescimento progressivo do volume de negócios e de evolução da dimensão da empresa, resultado das necessidades de mercado, contribuindo em particular para a autossuficiência do país no abastecimento de produtos alimentares.

3. Localização

A suinicultura será implantada numa propriedade com 12,85 hectares, sito em Nucho das Figueiras, Casal 169 Sto Isidro, União de Freguesias de Pegões, concelho do Montijo, distrito de Setúbal.

Tendo em conta a designação das Unidades Territoriais (UT), o Projeto insere-se na região estatística (NUT II) e na sub-região estatística (NUTS III) Area Metropolitana de Lisboa.

O acesso viário ao local do projeto é efectuado pela Estrada Nacional (EN) 4, seguindo posteriormente pela Av. Barbosa do Bocage em direção à Escola de Tiro de Sto Isidro de Pegões. Dentro da propriedade o acesso é realizado por caminho de terra batida.

4. Descrição do Projecto

Conforme referido atrás, a suinicultura irá funcionar em regime de engorda com capacidade para 3.496 porcos de engorda. Ao efectivo pretendido corresponde uma capacidade instalada de 524,4 Cabeças Normais (CN).

Em termos de plano de produção, os leitões serão colocados neste núcleo de produção com cerca de 8/9 semanas de idade e cerca de 18/20 kg de peso vivo, permanecendo na suinicultura até cerca das 26/27 semanas de idade e atingindo mais de 110 kg de peso vivo na altura do abate.

Após a saída dos animais as salas são lavadas e desinfetadas, ficando em vazio sanitário até à entrada de um novo lote de animais.

Este núcleo de produção encontra-se projetado para as seguintes construções:

- Dois pavilhões de engorda;
- Habitação;
- Edifício com escritório, balneários e zona técnica;
- Necrotério (maturação aeróbia);
- Uma lagoa de retenção;
- Separadora e nitreira;
- Depósito de água;
- Dois cais de embarque;
- Sistema de autoprodução de energia elétrica.

O sector de engorda é constituído por dois pavilhões de engorda, com 4 salas cada pavilhão, sendo cada sala constituída por 24 parques.

Por razões sanitárias, a entrada na zona limpa da exploração requer que os funcionários e visitantes tenham que tomar banho e trocar de vestiário nos balneários.

O sistema de eliminação das mortalidades da exploração será realizado no necrotério com confinamento por maturação aeróbia e subsequente incineração. Os cadáveres dos animais serão colocados por camadas

intercaladas com serradura, de forma a favorecer o desenvolvimento de flora microbiana específica que proporcionará a degradação aeróbia dos cadáveres.

A lagoa de retenção irá garantir a retenção dos efluentes pecuários coletados nos pavilhões de engorda e das águas residuais provenientes do rodilúvio.

A água que irá abastecer a exploração será proveniente de um furo.

Os cais de embarque destinam-se ao carregamento dos animais nas viaturas de transporte.

O sistema de autoprodução que irá garantir o fornecimento de 30% da energia elétrica necessária ao funcionamento da exploração.

Apresentam-se no quadro seguinte os principais parâmetros urbanísticos do projeto da exploração suinícola.

Quadro 1: Áreas e parâmetros urbanísticos.

| Parâmetros | Valor | unidade |
|--|--------------|----------------|
| Área total do prédio | 128500 | m ² |
| Pavilhão de engorda | 1.800 | m ² |
| Pavilhão de engorda | 1.800 | m ² |
| Edifício de Balneário/escritório/zona técnica | 118,55 | m ² |
| Necrotério | 282,75 | m ² |
| Tamisador/nitreira | 70,00 | m ² |
| Depósito de água | 65,00 | m ² |
| Parque fotovoltaico/telheiro sombreador alfaiais | 200,00 | m ² |
| Habitação | 92,00 | m ² |
| Área bruta de construção | 4.402,75 | m ² |
| Área impermeável dos edifícios | 7.800 | m ² |
| Área impermeável da lagoa de retenção | 700 | m ² |
| Índice de construção | 0,03 | - |

A ventilação dos parques será assegurada por meios estáticos adequados, designadamente, janelas, tetos de arejamento e ventiladores murais.

Para o armazenamento da ração a suinicultura irá dispor de 10 silos, cada com capacidade de 45 m³/cada.

Este núcleo irá dispor ainda de um rodilúvio à entrada da zona limpa e de um parque de viaturas ligeiras e viaturas pesadas. O telheiro do parque acomodará painéis fotovoltaicos que irão garantir a produção de energia elétrica para o autoconsumo da exploração.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE APOIO

4.1.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água à exploração será efetuado por sistema autónomo sustentado num furo. Esta captação irá garantir o abastecimento de água ao abeberamento animal, à lavagem dos pavilhões e ao consumo humano.

A água do furo será bombada para um depósito e partir desse ponto abastecerá a exploração.

O consumo de água previsto é de 17.637 m³/ano.

4.1.2 Abastecimento de Energia Eléctrica

O projeto da instalação prevê a implantação de um parque fotovoltaico com 46,8 m², que garante uma parte do consumo energético da exploração.

O parque fotovoltaico está projetado para produção de energia elétrica com uma potência de 8,58 kWp (8 KWn).

A suinicultura será também servida pela rede elétrica nacional, através de um posto de transformação instalado na propriedade.

A energia elétrica será essencialmente consumida no sistema de alimentação dos animais e na bombagem da água do furo.

Estima-se que o consumo anual seja de 42.000 kwh, a que corresponde 9,03 Tep.

4.1.3 Gestão de Resíduos

O projeto prevê no edifício técnico uma área dedicada ao armazenamento dos resíduos produzidos na suinicultura. Este local é coberto, impermeável e dispõe de janelas para garantir a ventilação natural.

Na exploração serão produzidos resíduos provenientes das atividades veterinárias. Estes resíduos serão encaminhados para um operador licenciado.

Os resíduos equiparados a urbanos, provenientes do refeitório e escritório, serão encaminhados para os contentores municipais.

4.1.4 Sistema de Alimentação

O alimento utilizado na suinicultura será adquirido no exterior e armazenado na exploração em 10 silos. A distribuição do alimento será efectuada por linhas automáticas do tipo sem-fim até aos comedouros.

O consumo anual de ração está estimado em 1.800 ton/ano.

4.1.5 Substâncias químicas

Na exploração serão utilizadas as seguintes substâncias químicas:

Quadro 2: Caracterização das substâncias químicas a utilizar na suinicultura.

| Identificação da subs. química | Utilização |
|--------------------------------|--|
| Hipoclorito de sódio | Desinfeção da água |
| Desinfetante | Lavagem dos pavilhões e áreas de apoio |

4.2 GESTÃO DE EFLUENTES

Os efluentes gerados na suinicultura terão origem industrial e doméstica.

Os efluentes industriais correspondem aos dejectos produzidos pelos animais e às águas residuais provenientes das lavagens dos pavilhões, que são encaminhados para o sistema de retenção. Estima-se que anualmente serão produzidos 12026 m³ de chorume e 559 toneladas de estrume.

Os efluentes serão recolhidos na zona inferior das grelhas e, seguem directamente para o tanque de receção. Após a separação da fase sólida da líquida, o chorume é drenado para a lagoa de retenção. O estrume é armazenado na nitreira.

O estrume produzido no separador de sólidos fica retido na estrutura coberta e impermeabilizada onde se localiza este equipamento (nitreira).

A capacidade do sistema de retenção é de 200 ton de estrume 3500 m³ de chorume.

O sistema de retenção foi dimensionado para uma capacidade mínima de retenção de três meses de produção.

O efluente será enviado para valorização agrícola em terrenos de terceiros.

Referir que à data de elaboração deste estudo o PGEP ainda não obteve aprovação por parte da DRAP LVT.

Os efluentes domésticos correspondem as águas residuais provenientes das instalações sanitárias, e serão encaminhados para duas fossas sépticas estanques. A produção anual prevista é de 29 m³/ano.

As águas pluviais recolhidas nas áreas impermeabilizadas serão drenadas, através de valas, e encaminhadas para o solo.

4.3 GESTÃO DE SUBPRODUTOS ANIMAIS

A eliminação dos animais mortos será realizada através de um processo de maturação aeróbia numa área reservada para o efeito de 282,75 m² (necrotério). Posteriormente o material decomposto será encaminhado para incineração por um operador licenciado.

4.4 TRANSPORTE E MOVIMENTOS

Os principais movimentos de e para a suinicultura compreendem:

- Transporte de animais,
- Transporte de ração,
- Recolha do subproduto resultante da decomposição das carcaças dos animais,
- Transporte de resíduos,
- Transporte de efluente pecuário.

O transporte de animais compreende:

- Transporte de leitões para engorda das explorações da SMUR em Camarate e na Aroeira (Poceirão);
- Transporte de porcos de engorda para os matadouros em Torres Vedras e no Montijo.

O transporte de resíduos compreende:

- Transporte para a Ambimed no Barreiro;
- Transporte para a Socampestre em Rio Maior.

4.5 EQUIPAMENTOS

Para apoio à atividade produtiva e lavagens, prevê a aquisição dos seguintes equipamentos e máquinas:

Quadro 3: Listagem de máquinas e equipamentos a instalar na suinicultura Nucho das Figueiras.

| Equipamento/máquina | Quantidade a instalar (unidades) |
|------------------------------|---|
| silos | 10 |
| máquina de lavar à pressão | 1 |
| controladores de temperatura | 10 |
| máquina de lavar roupa | 1 |
| termoacumulador | 1 |
| deposito de água | 1 |
| fossa séptica estanque | 2 |
| trator | 1 |

4.6 RECURSOS HUMANOS

Com a exploração da suinicultura prevê-se a afetação de 1 trabalhador.

5. Caracterização da Situação de Referência

No presente capítulo apresenta-se a análise e caracterização do estado atual do ambiente na área de influência do Projecto, cuja abordagem irá consubstanciar a previsão e a avaliação dos impactes gerados pela sua atividade.

Na região a precipitação média anual é da ordem dos 663,5 mm, com os menores valores a observarem-se no trimestre de verão, valores estes em média inferiores a 20 mm. O trimestre de inverno é o que em regra regista os maiores valores de precipitação, sendo dezembro o mês com maior precipitação.

A temperatura média anual é de 15,9°C, com o mínimo médio mensal de 9,5°C em janeiro e máximo médio em julho de 22,6°C.

A velocidade média diária do vento é de 0,8 m/s. Os valores mais elevados são normalmente registados no final do inverno. Quanto à direção do vento, verifica-se que existe uma preponderância dos ventos do quadrante N e NE.

Em termos de evolução da temperatura média em Portugal no século XXI os estudos dos cenários climáticos apontam para um aumento significativo nesta variável. Quanto à precipitação, a maioria dos cenários aponta para uma redução da precipitação em Portugal Continental na primavera, verão e outono, sendo as reduções mais significativas – -20 a -40% da precipitação anual - esperadas para a região sul. Pese embora esta redução na

precipitação anual, a precipitação no inverno pode aumentar 30. Este aumento da precipitação no inverno pode traduzir-se num maior número de eventos de precipitação intensa aos quais se associam os eventos de cheia e ainda a uma maior erosibilidade da precipitação.

A redução da precipitação e o aumento da temperatura traduzem-se num aumento da evapotranspiração, numa redução do escoamento superficial e, de uma forma geral, num clima mais seco. Resultam conseqüentemente, entre outros, impactes sobre a disponibilidade e qualidade da água, sobre a produtividade das culturas agrícolas e vulnerabilidades a pestes e doenças, sobre a composição florestal e risco de incêndios florestais, sobre a saúde humana e sobre as actividades económicas.

A exploração Nucho das Figueiras localiza-se num extenso planalto, a cotas entre 70 e 80. É atravessada por algumas linhas de água, embora a permeabilidade do meio e os pendores dificultem o seu reconhecimento.

A ribeira do Vale do Pessegueiro é a linha de água com maior expressão e localiza-se a norte da propriedade.

A área do estudo situa-se na grande bacia sedimentar do Tejo, preenchida por depósitos marítimos e continentais paleogénicos, miocénicos e pliocénicos recobertos por depósitos modernos.

O Complexo greso-argiloso de Pegões cobre totalmente a área da propriedade. Está representado por grés argilosos acinzentados e areias amarelo acastanhadas por vezes, com algumas intercalações de argilas.

A área de estudo integra a bacia da massa de água superficial Vala de Asseiceira, na Região Hidrográfica do Tejo. A Vala de Asseiceira é um afluente do rio Tejo na zona do estuário, junto à vila de Alcochete.

As principais pressões sobre a massa de água Vala de Asseiceira resultam da agricultura, das florestas e da pecuária. De acordo com a classificação dos cursos de água superficiais a qualidade desta massa de água está classificada como Má.

Na área do projeto o escoamento superficial processa-se de forma natural pelo terreno e encaminha-se naturalmente para as linhas de água, não existindo rede de drenagem de águas pluviais. Estas linhas de água por dominarem reduzidas bacias hidrográficas e por atravessarem terrenos com uma elevada permeabilidade devido à preponderante matriz arenosa, caracterizam-se pela efemeridade do escoamento.

Em termos hidrogeológicos, o Projeto localiza-se na unidade hidrogeológica Bacia do Tejo-Sado, na massa de água subterrânea designada por PT T3 Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda. As principais pressões sobre a qualidade da água da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda são o sector da pecuária e a agricultura.

Esta massa de água está classificada como Zona Vulnerável. Na sequência desta classificação impõe-se a toda a área da propriedade condicionamentos na aplicação de fertilizantes aos solos, designadamente uma dose máxima de 170kg de azoto por hectare.

Localmente existe um poço com cerca de 11 m de diâmetro e 5 metros de profundidade. Atualmente este poço não é utilizado para captação de água e pretende-se efetuar a sua selagem.

Existe ainda um furo na propriedade, com 100 m de profundidade.

A floresta domina a ocupação do solo na região do estudo.



Figura 1: Ortofotomapa com o limite da exploração Nucho das Figueiras (a laranja).

A propriedade é limitada a Norte por áreas de eucalipto e de pinheiro manso. A sul e a este é limitada por caminhos de serventia em terra batida. A oeste é limitada por uma floresta de sobreiros.

Na área do projeto estão presentes solos espessos e de textura ligeira. Apresentam, de um modo geral, uma fertilidade reduzida a média e, pouca capacidade para a retenção de água. Tratam-se de solos predominantemente ácidos.

No que respeita à capacidade de uso dos solos, na área do Projeto verifica-se a vocação para a utilização florestal.

A área em estudo não abrange qualquer área protegida ou sítio da Rede Natura 2000. Situa-se, no entanto, a cerca de 12,7 km da Zona Designada para a Conservação de Aves Selvagens (ZPE) Estuário do Tejo (PTZPE0010) e da *Important Bird Area* (IBA) Estuário do Tejo (PT021).

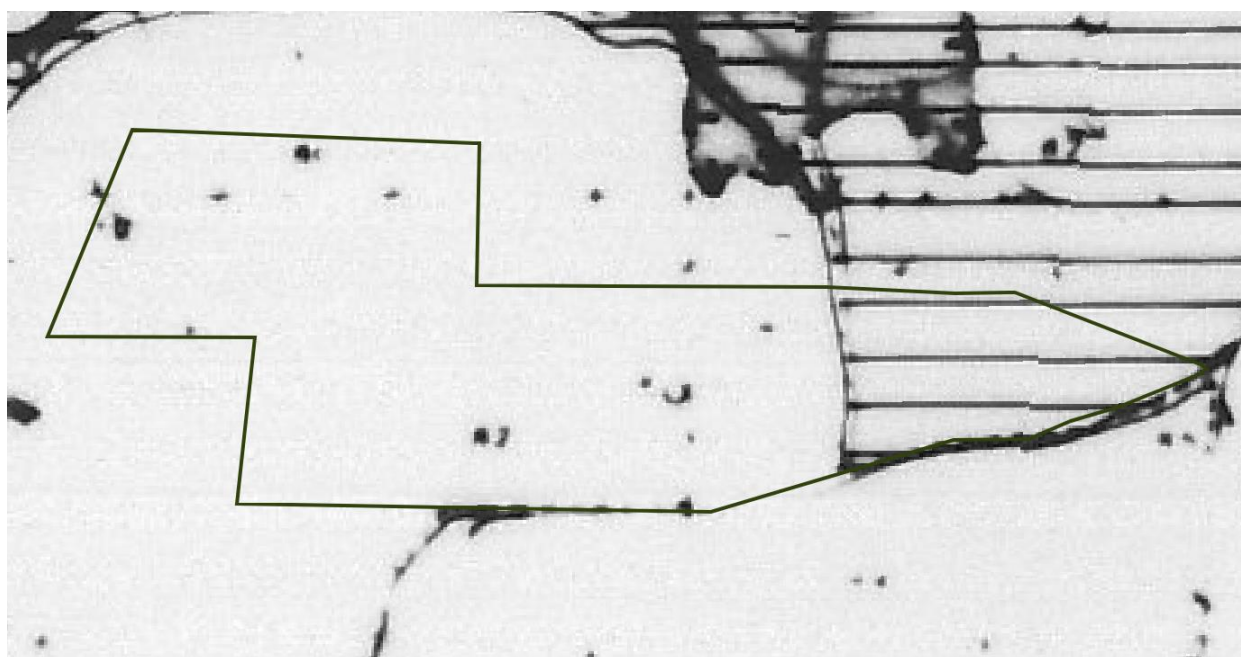
Na área onde se localiza a exploração Nucho das Figueiras a exploração agroflorestal tem uma expressão relevante e remota, condicionando a sensibilidade ecológica que é considerada baixa.

O coberto vegetal da área de incidência se encontra bastante alterado pela actividade florestal.

Do elenco florístico identificado na área de estudo destaca-se a ocorrência de alguns sobreiros (trata-se de uma espécie protegida).

De acordo com a Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM) do Montijo a área em estudo insere-se totalmente em Espaços Agrícolas em Área Agrícola Não Incluída na Reserva Agrícola Nacional (RAN). Estas áreas têm essencialmente uma vocação para a produção agrícola e pecuária. Nestas áreas é admitido o licenciamento de edificação utilizada para apoio à actividade agrícola e agro-pecuária.

De acordo com a Carta de Condicionantes do PDM do Montijo o limite Este da área em estudo insere-se em área de Reserva Ecológica Nacional (REN).



Legenda:

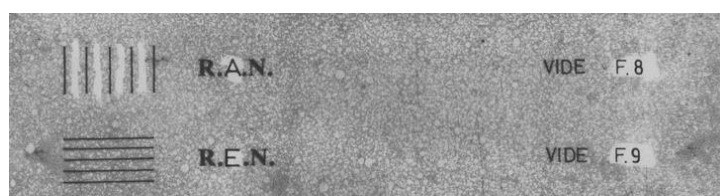


Figura 2: Extrato da carta de condicionantes do PDM do Montijo.

Relativamente à perspectiva visual sobre a área de estudo, a propriedade é limitada por áreas de florestas em todos os quadrantes pelo que apenas é passível de se ver observada a partir das estradas de serventia que contornam o limite sul e o limite este.

De acordo com o último Censos o concelho do Montijo tinha 55.682 habitantes, verificando-se que desde 2001 que o concelho tem vindo a ganhar população. Em 2021 a densidade populacional no Montijo era de 159,7 hab/km².

Entre 2011 e 2021 a taxa de desemprego no Montijo registou uma diminuição. Em 2021 a taxa de desemprego no concelho foi superior à média nacional e da Área metropolitana de Lisboa.

Em 2020 estavam sedeadas no concelho 5871 empresas, 1010 das quais correspondiam a empresas do setor *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* e 398 correspondiam a empresas do setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*. Em termos de volume de negócios, o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* destaca-se e, é também, este o setor que emprega mais pessoal.

Desde 2018 que se verifica que o ganho médio mensal tem vindo a aumentar no concelho do Montijo, contudo ainda se mantém inferior à média nacional.

Relativamente à evolução da produção de suínos registou-se uma diminuição da produção entre 2009 e 2019 no concelho do Montijo, pese embora a nível nacional, neste mesmo período, a produção de suínos tenha aumentado.

De acordo com os inventários nacionais elaborados pela Agência Portuguesa do Ambiente relativos à distribuição espacial de emissões nacionais (2015, 2017 e 2019), verifica-se que no concelho do Montijo o dióxido de carbono (CO₂) é um poluente muito representativo, sendo o tráfego rodoviário o principal contribuinte da emissão deste poluente. Neste concelho, a pecuária é o setor de atividade que mais contribui para as emissões de metano (CH₄).

A estação de monitorização da qualidade do ar mais próxima do Projeto é a Estação Fernando Pó, a cerca de 9 Km de distância, a Sul. Nesta estação dos vários poluentes atmosféricos monitorizados, verificou-se que entre 2018 e 2021, os valores de concentração de Partículas < 10 µm (PM10) ultrapassaram em alguns dias os valores limite. Relativamente aos outros poluentes os os valores limite de emissão não foram ultrapassados.

As povoações mais próximas da da exploração Nucho das Figueiras são Sto Isidro de Pegões a 2400 m a sul e, Foros do Trapo a 3100 m a oeste.

As principais fontes de ruído identificadas na envolvente da exploração Nucho das Figueiras são o tráfego que circula na estrada nacional N4 e na autoestrada A13 e, ainda, as actividades associadas à escola de tiro e às actividades agrícolas que são desenvolvidas na envolvente.

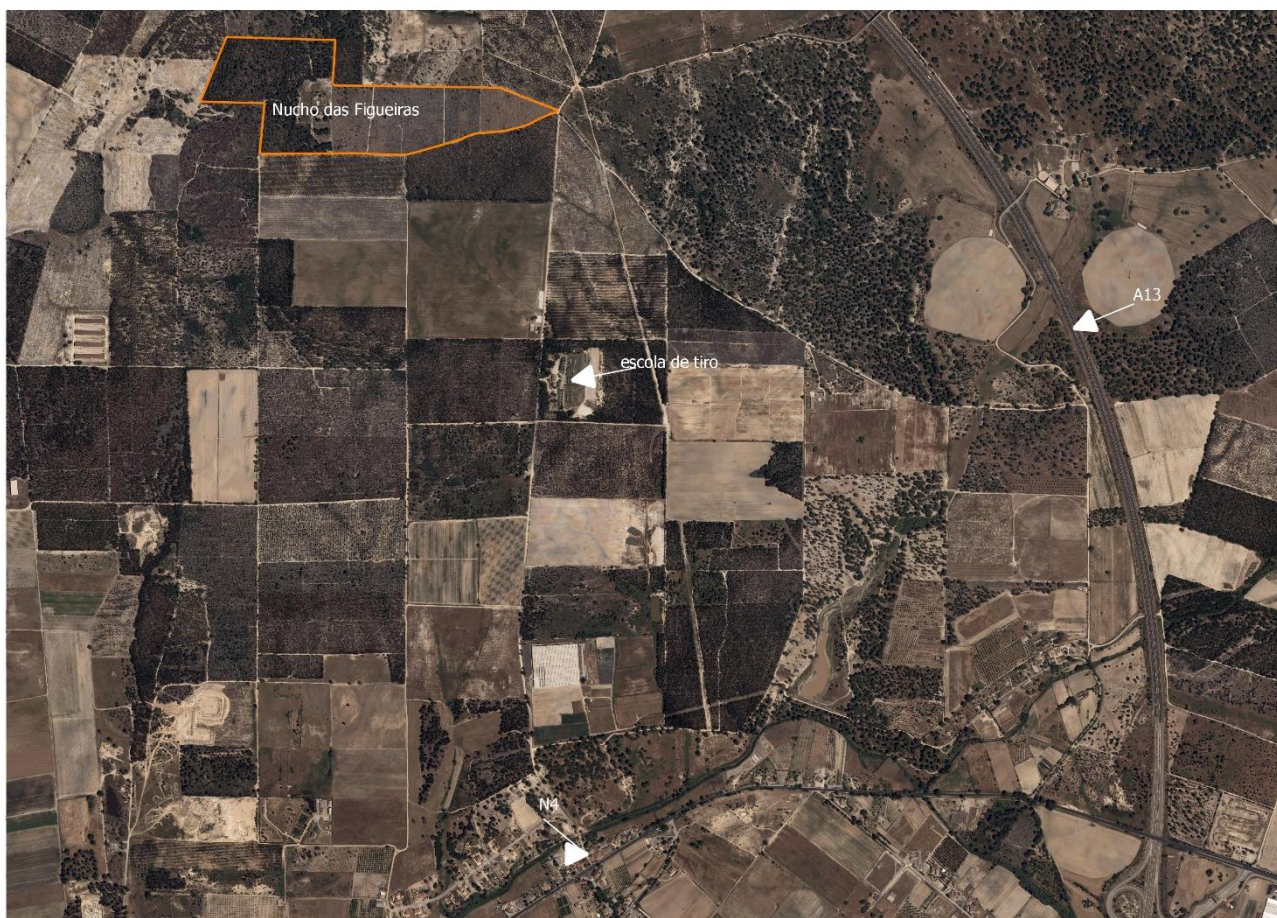


Figura 3: Enquadramento das principais fontes emissoras de ruído.

6. Identificação e Avaliação de Impactes e Medidas de Minimização

Neste ponto serão identificados e avaliados os impactes ambientais, positivos e negativos, decorrentes da implementação do Projeto.

Com o efetivo pecuário previsto resultará na emissão de de poluentes atmosféricos, designadamente o dióxido de carbono, e em especial o metano e dióxido de azoto resultantes da gestão do estrume e chorume, quer na etapa de armazenamento quer ainda na etapa da valorização agrícola. Dado tratarem-se de gases com efeitos de estufa, com um elevado potencial de aquecimento global existe um contributo do projeto na concentração destes gases na atmosfera com efeitos adversos ao nível das alterações climáticas.

Ao nível dos impactes sobre a geologia, geomorfologia e geotecnia a execução do projeto envolve escavações e modelação do terreno às quais se associam questões de balanço de terras, compactação dos terrenos, estabilidade dos materiais que constituem os taludes de escavação e de aterro, exposição dos solos e eventual

desestabilização das suas condições geotécnicas, e alteração das condições de drenagem superficial e de infiltração.

O projeto não prevê terras sobrantes, todos os materiais provenientes das escavações serão utilizados nos aterros e na modelação do terreno. Considerando que haverá um equilíbrio entre volume escavado e o aproveitamento local dos materiais escavados.

Na fase de construção ocorrerá a impermeabilização de 8500 m² correspondente a cerca de 6,6% da área da propriedade.

O aumento da área impermeabilizada tenderá a associar alteração das condições de drenagem superficial e de infiltração, com aumento da escorrência, em detrimento da infiltração.

As águas pluviais intersectadas pelas construções serão encaminhadas diretamente para o solo.

Uma vez que os terrenos aflorantes na propriedade são muito permeáveis, a água proveniente da precipitação, intersectada pelas novas construções acabará por se infiltrar nos terrenos envolventes e não existirá uma subtracção de um volume significativo de água disponível para infiltração e recarga.

O sistema de gestão de efluentes pecuários foi dimensionado de forma a i. garantir a protecção dos solos e da água, ou seja, prevê a impermeabilização de todas as infraestruturas e órgãos que constituem o sistema; ii. e, a garantir uma capacidade de armazenamento mínima de 3 meses. Assim, considera-se que o risco de contaminação de águas é improvável.

Os consumos de água, com origem num furo a construir, são um fator de pressão importante sobre o sistema aquífero. Estima-se que os volumes captados sejam de cerca de 13,4 dam³/ano. Os estudos existentes referem a existência de um equilíbrio entre as entradas e saídas do sistema aquífero, contudo este equilíbrio pode vir a ser desestabilizado na sequência das alterações climáticas e do eventual aumento das extrações.

Em resultado da limpeza do terreno e das movimentações de terra é expectável que o solo fique temporariamente exposto à ação dos agentes erosivos devido à perda de protecção proporcionada pelo coberto vegetal e ao aumento da sua desagregação. Conforme referido atrás, as intervenções sobre o solo afetarão 8.500 m² da área da propriedade, correspondente a 6,6% da área total.

Em termos de biodiversidade não foram identificadas na área de estudo espécies prioritárias. Foram, no entanto, identificados dentro da propriedade sobreiros, mas fora da área de intervenção pela construção.

No que diz respeito ao ordenamento imposto pelo PDM do Montijo, a implantação das construções previstas pelo projeto abrange totalmente na classe Espaços Agrícolas em Área Agrícola Não Incluída na RAN. Sendo admissível nesta classe de espaços instalações agro-pecuárias. Relativamente à conformidade do projeto com as regras

Iniciar-se-ão na fase de construção as principais alterações na Paisagem. As alterações irão evoluindo a partir da limpeza do terreno na área de implantação do projeto. Posteriormente a movimentação de terras irá destacar a área de intervenção. Com a construção dos edifícios e estruturas de apoio, a desorganização espacial que a empreitada acarreta será gradualmente estabilizada.

Assim, os impactes resultam da redução da qualidade visual da paisagem. Devido às características topográficas e uso do solo na envolvente do Projeto a perspectiva visual sobre a área de estudo é limitada. Como foi analisado na situação de referência, atendendo à ausência de harmonia funcional, à homogeneidade do espaço, e ao uso do solo, a qualidade visual da paisagem é atualmente baixa. Avalia-se este impacte como negativo, temporário, reversível, certo e pouco significativo.

Complementarmente, conforme disposto na licença de construção, a licença de utilização da suinicultura está condicionada à execução de uma cortina arbórea no perímetro da exploração. Esta cortina permitirá circunscrever os elementos antrópicos limitando os pontos de observação a partir das estradas de serventia.

Os riscos para a saúde pública decorrentes dos efeitos causados pelas alterações nos fatores de risco com origem no ambiente advêm da afetação pelo efluente pecuário, das origens de águas para consumo humano, das zoonoses associadas ao contacto com os porcos ou com o efluente pecuário e, os odores.

Relativamente às origens de água para consumo humano, o limite da propriedade onde será implantado o projeto não interfere com os perímetros de proteção das captações de água de abastecimento publico.

Atendendo a que o acesso à exploração é condicionado, não existe risco de exposição a zoonoses pela população em geral. A exposição existe associada aos funcionários da exploração, contudo serão implementados procedimentos de segurança sanitária e de segurança e saúde no trabalho que visam minimizar o risco de exposição, são por exemplo a utilização de EPIs, o banho e a mudança de roupa antes de saída da exploração.

Relativamente aos odores, é dentro dos pavilhões que estes são mais intensos. Mediante a humidade do ar e a direção do vento, esses odores podem extravasar os limites da propriedade. Contudo não existindo habitações próximas da exploração, não se perspectivando incómodos a este nível.

As alterações nas condições de vida e de bem-estar humanos associados à componente socioeconómica relacionam-se com a movimentação de veículos pesados na EN4.

O concelho do Montijo revelou uma evolução positiva da taxa de desemprego entre os Censos de 2011 e de 2021, passando de 13,16% para 9,21%, no entanto é superior à média nacional. Ao nível do emprego, a criação de 1 posto de trabalho direto que o projeto prevê, constitui um impacte positivo, embora pouco significativo.

Durante a fase de exploração é expectável a contratação de determinados tipos de serviços locais (p. ex. eletricidade, canalização, pinturas, manutenção de equipamentos) e, também, a compra de bens locais (matérias primas, economato, p.ex), contribuindo para a dinamização da economia do concelho.

O projeto contribui para a autossuficiência do país em matéria de consumo de carne de porco, com impacte ao nível da balança comercial (atualmente cerca de 40% da carne de porco é importada).

As principais fontes de emissão de poluentes atmosféricos ocorrem:

- Nos pavilhões, com a emissão de poluentes para a atmosfera interior e que se vão dispersando para o exterior através das janelas e dos sistemas de ventilação;
- No sistema de retenção dos efluentes pecuários, com a libertação para a atmosfera de gases provenientes da degradação anaeróbia da matéria orgânica.

Na composição destas emissões podem-se encontrar, maioritariamente, dióxido de carbono, óxidos de azoto, metano, amoníaco e ácido sulfídrico.

O metano e os óxidos de azoto estão referenciados na lista de gases com efeito de estufa. Relativamente às chuvas ácidas a principal substância acidificante emitida pelo sector agropecuário é o amoníaco.

O mau cheiro comum nas explorações suinícolas deve-se à presença do amoníaco e do ácido sulfídrico.

As atividades ruidosas durante a fase de exploração da suinicultura irão decorrer no período diurno entre as 8h e as 17h e, de forma descontinua.

A cortina arbórea que será plantada no perímetro de exploração, condicionante para a emissão do alvará de utilização, irá contribuir para a absorção do ruído emitido no decorrer das atividades acima identificadas.

Os caminhos internos terão uma camada em agregado britado, que permite suavizar possíveis irregularidades. E, contribuirá para a minimização do ruído emitido pela circulação de veículos pesados.

6.1 IMPACTES CUMULATIVOS

Neste subcapítulo procede-se à identificação e análise dos impactes no ambiente que resultam do Projeto em associação com a presença de outros projetos, existentes ou previstos, bem como dos projetos complementares ou subsidiários.

Foram identificadas na região quatro explorações pecuárias (três de produção de suínos e uma de bovinos).

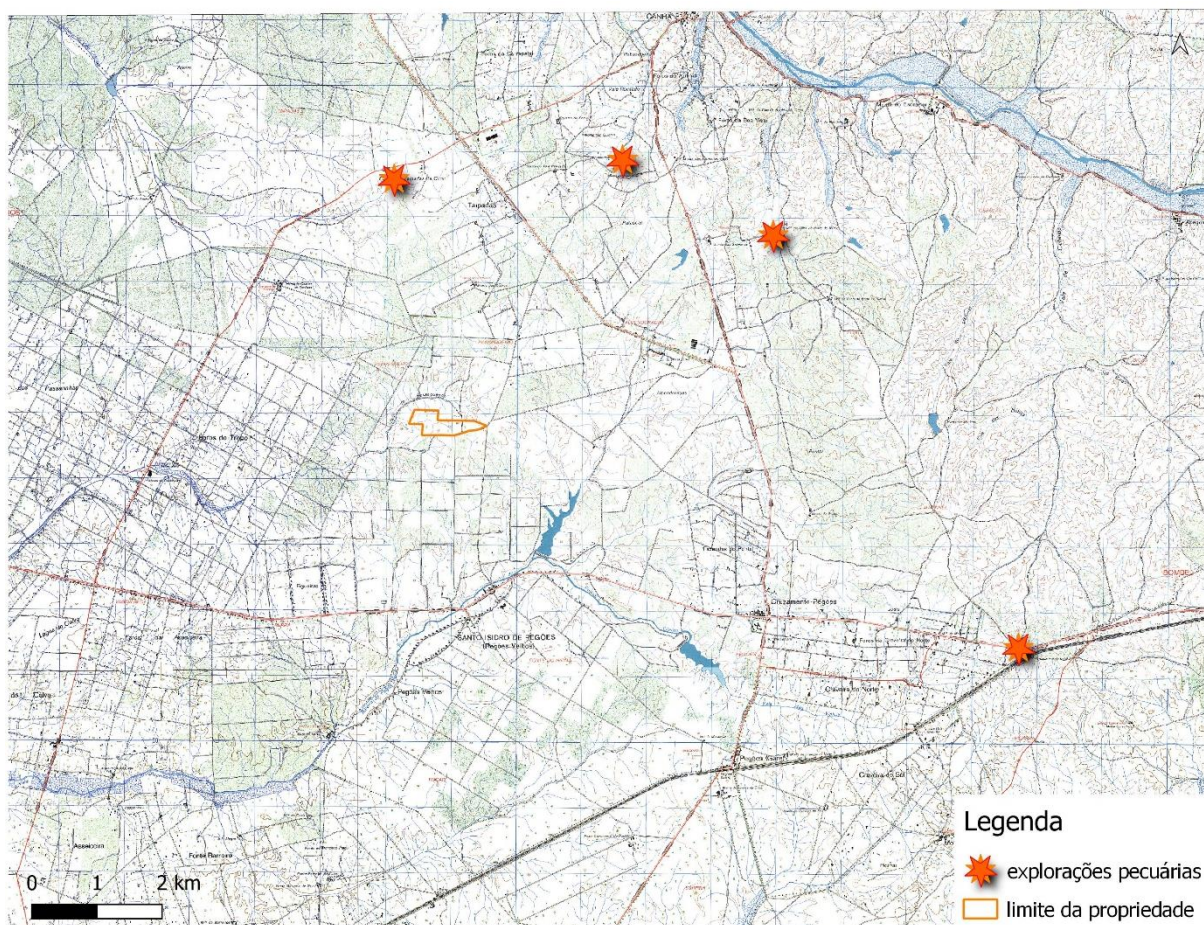


Figura 4: Enquadramento das explorações pecuárias mais próximas.

A existência de outras explorações pecuárias na envolvente é relevante no que se refere a fontes de emissão de GEE. Existe assim um impacte negativo cumulativo.

Os impactes cumulativos sobre as águas subterrâneas estão associados ao acréscimo de mais uma captação de água subterrânea, com repercussões ao nível da piezometria e balanço entre disponibilidade e utilizações de água nos sistemas aquíferos.

Ao nível da Biodiversidade, os impactes cumulativos decorrem da implantação permanente das infraestruturas, fragmentando habitats e perturbando locais de repouso, reprodução e alimentação das aves nidificantes. Avaliando-se este impacte como negativo.

Os impactes na ocupação do solo decorrentes dos projetos acima identificados, estão associados à afetação permanente das infraestruturas, com o aumento da área artificializada.

A existência de outras explorações agropecuárias traduz a importância do setor agropecuário na economia do concelho e da região, favorecendo dessa forma o trabalho em rede e, a especialização dos recursos humanos. Trata-se de um impacte positivo cumulativo.

Relativamente à rede viária, a EN4 será a via mais solicitada ao nível da circulação de veículos pesados afetos aos projetos. Avalia-se este impacto cumulativo como negativo.

7. Monitorização e Medidas de Gestão Ambiental

O Plano de Monitorização e de Gestão Ambiental proposto inclui:

- a monitorização da qualidade da água do furo e do poço;
- a monitorização da qualidade da água para consumo humano;
- a monitorização mensal dos consumos de água.